

1           **MINUTA DE ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DA CÂMARA**  
2           **TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO – CTPLAN - DO CBH DO**  
3           **BAIXO IVAÍ E DO PARANÁ 1**

4           Pauta: **1.** Abertura pelo coordenador; **2.** Apresentação dos objetivos da reunião;  
5           **3.** Apresentação do histórico das discussões sobre o Plano das Bacias do  
6           Baixo Ivaí e Paraná 1; **4.** Apresentação dos produtos pela empresa Consultora;  
7           **5.** Discussão dos produtos apresentados e retomada sobre enquadramento  
8           proposto nas bacias; **6.** Estratégias de encaminhamentos para convocar  
9           Plenário e Consultas Públicas; **7.** Assuntos gerais.

10          Aos onze dias de junho de dois mil e dezenove, às 8h45, na Sala de Reuniões  
11          do prédio da Administração da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR  
12          – Campus Paranavaí, iniciou-se a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de  
13          Acompanhamento do Plano - CTPLAN, do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
14          Baixo Ivaí e do Paraná 1, reunindo os membros JOÃO EGÍDIO DA SILVA,  
15          coordenador da CTPLAN, da UNESPAR; ARNALDO GIOVANI RECH e  
16          LUCIANO RODRIGUES PENIDO, da Companhia de Saneamento do Paraná -  
17          SANEPAR; FÁBIO ZAMPIERI e MARCOS EDMILSON MAZIERO, da Usina de  
18          Açúcar Santa Terezinha; JOÃO ARTUR CASADO, do Conselho Regional de  
19          Engenharia e Agronomia – CREA/PR; DEMERVAL A. SILVESTRE, do  
20          Sindicato Rural; e os convidados BRUNO TONEL OTSUKA, JOÃO LECH  
21          SAMEK, KAROLLYNE DE ABREU TERNOSKI, TATIANA AKEMI SAKAGAMI e  
22          TIAGO MARTINS BACOVIS, do Instituto das Águas do Paraná –  
23          AGUASPARANÁ; ANDRÉIA PEDROSO e ARTUR BERTONE, da RHA  
24          Engenharia; SUELI M. MIAMOTO, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
25          de Paranavaí; MILTON MARIN, da Secretaria Estadual da Saúde - SESA;  
26          ISMAEL VASQUES, CARLOS H. GONÇALVES, PAULO SERGIO M. SANTOS,  
27          KÁTIA C. NAKANDAKARE e EMÍLIA DOMINGUES, da SANEPAR; ERNI  
28          LIMBERGER, do Instituto Paranaense de Assistência e Extensão Rural –  
29          EMATER; BRUNA AMÉLIA VIZZOTTO, da Coopcana; EVARISTO VOLPATO e  
30          ANTÔNIO CRAICI, da Prefeitura de Porto Rico; ROBERTSON AZEVEDO, do  
31          Ministério Público do Paraná - MPPR; e DAVID GOBOR, do Instituto Ambiental  
32          do Paraná – IAP. O coordenador da CTPLAN, Sr. JOÃO EGÍDIO DA SILVA, da  
33          UNESPAR, deu as boas-vindas a todos e abriu oficialmente a reunião (**item 1**  
34          **da pauta**). Em seguida, passou a palavra ao presidente do CBH do Baixo Ivaí  
35          e Paraná 1, Sr. ARNALDO G. RECH, para que apresentasse os objetivos da  
36          reunião (**item 2**): retomada do plano de bacias e encaminhamentos para que  
37          ele fosse concluído, passando pela aprovação da CTPLAN, antes de ser  
38          levado ao Plenário. O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do AGUASPARANÁ, tomou a  
39          palavra e apresentou-se como Diretor-Adjunto de Gestão de Bacias  
40          Hidrográficas do Instituto das Águas e reiterou que seu desafio era retomar e  
41          alavancar as atividades dos Comitês paranaenses em funcionamento. O Sr.  
42          MARCOS E. MAZIERO, da USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA,  
43          interveio para dizer que tinha havido um equívoco com o mandato, pois houve  
44          uma eleição em 2017 e foi deliberado que o período do mandato seria de 2017  
45          a 2021 (**item 3**). Sugeriu tentar contato com o Sr. Osva, secretário executivo  
46          do Comitê, àquela época. O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do AGUASPARANÁ,  
47          disse não ter conseguido essa memória. Apesar disso, disse que a renovação  
48          e/ou atualização dos dados dos representantes era válida e estava sendo  
49          realizada pelo AGUASPARANÁ. Aproveitando a ocasião, sugeriu uma rodada  
50          de apresentações dos participantes. Em seguida, agradeceu a presença da  
51          empresa consultora RHA e passou a palavra à engenheira Andréia para que  
52          iniciasse a apresentação sobre a proposta de enquadramento e o programa de  
53          efetivação (**item 4**). A Srª ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia,  
54          apresentou, destacando alguns pontos: tratava-se de um contrato de 2014;  
55          enquadramentos atendiam ainda às Portarias da década de 90; o horizonte de  
56          planejamento adotado foi até 2030; a vazão de referência adotada foi a Q<sub>95%</sub> e  
57          o parâmetro de qualidade foi a DBO. O Sr. ARNALDO G. RECH, da

58 SANEPAR, interveio, pedindo para que a Sr<sup>a</sup> Andréia explicasse a todos o que  
59 significava a Q<sub>95%</sub>. A Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, explicou  
60 que se tratava da vazão apresentada pelo rio, em 95% do tempo. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA  
61 C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, complementou, justificando que foi adotada  
62 a Q<sub>95%</sub> por ser a mesma utilizada nas análises de outorgas de lançamento. A  
63 Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, assentiu e mencionou ainda  
64 que, inicialmente, o Termo de Referência estabelecia como vazão de referência  
65 a Q<sub>70%</sub>. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, fez breves  
66 explanações sobre fontes difusas de poluição na Q<sub>70%</sub> e critérios para adoção  
67 de determinada vazão de referência, defendendo que tais questões poderiam  
68 ser mais bem discutidas no âmbito da Câmara Técnica. A Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA  
69 PEDROSO, da RHA Engenharia, retomou a apresentação, destacando que os  
70 lançamentos ditos “possíveis” se referiam às situações de empresas que  
71 possuíam outorga de captação, mas não apresentavam registro de outorga de  
72 lançamento e que, provavelmente, lançavam efluente no corpo d’água. A Sr<sup>a</sup>  
73 KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, questionou se, nos cenários de  
74 2025, a adoção de classe 1 para as áreas de mananciais havia sido resultado  
75 do modelo matemático. A Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia,  
76 respondeu que foi adotada classe 1 nas áreas de mananciais, pois nos  
77 cenários não se obteve nada significativo que indicasse qualquer mudança de  
78 classe nessas áreas. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR,  
79 perguntou se foram consideradas classe especial para as Unidades de  
80 Conservação de Proteção Integral e classe 1 para as Terras Indígenas, e se foi  
81 considerado o Decreto Estadual que estabelecia classe especial nas RPPNs. A  
82 Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, iria confirmar com a equipe,  
83 mas a princípio, a delimitação dessas áreas foi a apresentada nos slides.  
84 Retomou novamente a apresentação, justificando que o programa de  
85 efetivação acompanhava a primeira proposta de enquadramento, devido ao  
86 descompasso existente entre o recebimento de dados e as reuniões  
87 deliberativas do comitê. Portanto, não houve atualização do programa de  
88 efetivação do enquadramento. Concluída a apresentação, abriu-se a palavra  
89 para a Câmara Técnica (**item 5**). O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do  
90 AGUASPARANÁ, comentou sobre a Resolução CERH/PR nº 101/2017, que  
91 recomenda aos Comitês que considerem, em seus estudos, as classes  
92 especial, 1, 2 e 3, até 2040. Neste contexto, perguntou se a empresa  
93 consultora teria condições de atualizar o programa de efetivação. A Sr<sup>a</sup>  
94 ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, respondeu que sim. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA  
95 C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, comentou que não conseguira visualizar  
96 nos relatórios as simulações sobre os investimentos necessários para alcançar  
97 o enquadramento proposto. A Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia,  
98 defendeu que, apesar de realizadas tais simulações, não se materializaram nos  
99 produtos, pois até então não haviam sido discutidos, formalmente, na Câmara  
100 Técnica ou no Plenário. O Sr. TIAGO M. BACOVIS, do AGUASPARANÁ,  
101 apresentou uma sugestão de revisão de enquadramento, baseado na Portaria  
102 nº 03/2018, de declaração de áreas críticas, para um corpo d’água específico,  
103 o ribeirão Paiçandu, em Maringá. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C. NAKANDAKARE, da  
104 SANEPAR, perguntou se o departamento de outorgas do AGUASPARANÁ  
105 considerava que uma indústria solicitava uma outorga de captação e, por  
106 conseqüência, uma de lançamento também. O Sr. TIAGO M. BACOVIS, do  
107 AGUASPARANÁ, respondeu que não. A Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA  
108 Engenharia, disse se tratar de um acordo com o engenheiro Enéas Machado,  
109 responsável pelo projeto, por parte do AGUASPARANÁ, à época. O Sr. TIAGO  
110 M. BACOVIS ressaltou que, nesse tempo de descompasso das atividades do  
111 Comitê, o cadastro de outorgas já devia ter sido atualizado, principalmente  
112 quanto às outorgas de lançamento. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C. NAKANDAKARE, da  
113 SANEPAR, sugeriu a inserção de tabelas como anexos, para facilitar a  
114 consulta e verificação dos pontos de captações e lançamentos usados na

115 proposta de enquadramento. Destacou que isso seria importante no plano de  
116 efetivação. Pediu para justificar melhor o termo “captações e lançamentos  
117 possíveis”. A Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, disse que já  
118 constava uma tabela no relatório de maio de 2018. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C.  
119 NAKANDAKARE, da SANEPAR, sugeriu que cada lacuna de conhecimento  
120 identificada, como cadastro de usuários inconsistente, resultasse em um  
121 programa de intervenção, posteriormente. O Sr. JOÃO A. CASADO, do CREA-  
122 PR, comentou a respeito da qualidade da água, especialmente no âmbito do  
123 turismo na região, indicando problemas com assoreamento e erosão, de forma  
124 geral, e perguntando se tais aspectos haviam sido considerados em algum  
125 cenário pela consultora. A Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia,  
126 esclareceu que o assoreamento foi considerado no plano, e até foi refletido em  
127 um programa. Quanto às potencialidades do turismo na região e seus impactos  
128 nos recursos hídricos, devido ao intervalo de tempo inativo, talvez não tivessem  
129 sido considerados, não tendo um programa que os contemplassem. O Sr.  
130 JOÃO A. CASADO, do CREA-PR, salientou que as cidades do norte  
131 paranaense estavam diminuindo e procurando alternativas para atrair  
132 investimentos, como o turismo. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C. NAKANDAKARE, da  
133 SANEPAR, comentou que havia dificuldade em avaliar a demanda,  
134 considerando população flutuante, advinda desses investimentos. O Sr.  
135 ROBERTSON AZEVEDO, do MPPR, defendeu que a água não era apenas  
136 para consumo e diluição, devendo ser considerado o seu uso não consuntivo,  
137 especialmente com as práticas náuticas relatadas na região. O Sr. EVARISTO  
138 VOLPATO, Prefeito Municipal de PORTO RICO, corroborou destacando a frota  
139 náutica encontrada no Resort. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR,  
140 propôs que o primeiro passo fosse uma verificação da matriz de  
141 enquadramento, para conferir quais tipologias existiam de fato. O Sr. JOÃO A.  
142 CASADO, do CREA-PR, mencionou os municípios de Terra Rica, Porto Rico e  
143 Paraíso do Norte, como potenciais usuários e interessados de recursos  
144 hídricos, no contexto do turismo. A Sr<sup>a</sup> ANDRÉIA PEDROSO, da RHA  
145 Engenharia, lembrou que, desde o início do plano, as informações seriam  
146 obtidas via AGUASPARANÁ. Fez a ressalva de que havia enviado diversos  
147 formulários para as Prefeituras, porém, não obteve muitos retornos. Foram  
148 considerados dois tipos de usos da água: consuntivo e não-consuntivo. Assim,  
149 os programas de efetivação ficaram mesmo genéricos, justamente pela falta de  
150 reuniões e debates acerca dos relatórios. De todo modo, reconheceu que,  
151 naquele momento, estavam sendo apontadas informações relevantes para a  
152 consolidação do plano. O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do AGUASPARANÁ,  
153 ressaltou que, ao final do plano, haveria o programa de intervenções na bacia,  
154 devendo contemplar prazos e responsáveis. Comprometeu-se a verificar,  
155 internamente com sua equipe e empresa consultora, a compatibilidade da  
156 proposta de enquadramento e o plano de ações, por exemplo, se o  
157 enquadramento estaria prevendo o direcionamento turístico da bacia. O Sr.  
158 ARNALDO G. RECH, da SANEPAR, apontou falta de mais clareza no relatório  
159 quanto ao rio que tinham no momento e o que pretendiam no futuro, de acordo  
160 com os usos. Apontou também a falta de considerações acerca do  
161 assoreamento na região e, em especial, do município de Loanda, com o  
162 lançamento direto de efluente industrial na rede da Sanepar. O Sr.  
163 ROBERTSON AZEVEDO, do MPPR, reiterou seu pedido de que pelo menos  
164 os pontos de lançamento da indústria têxtil, da galvanoplastia e dos frigoríficos  
165 fossem destacados no relatório. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C. NAKANDAKARE, da  
166 SANEPAR, sugeriu um programa específico voltado às águas subterrâneas,  
167 tendo em vista os aquíferos vulneráveis da região e a captação significativa de  
168 poços. O Sr. JOÃO A. CASADO, do CREA-PR, sugeriu contato com os  
169 Consórcios Municipais, para obter melhor retorno de informações: Colipa,  
170 Comafen e Cica. Após algumas considerações sobre os desafios de contenção  
171 de erosão nas bacias, o Sr. JOÃO EGÍDIO DA SILVA, da UNESPAR, retomou

172 a pauta e o Sr. ARNALDO G. RECH, da SANEPAR, perguntou quais seriam os  
173 encaminhamentos a partir daquela ocasião (**item 6**). O Sr. BRUNO T.  
174 OTSUKA, do AGUASPARANÁ, sugeriu encaminhar a ata por e-mail aos  
175 participantes e à empresa, abrindo um prazo para contribuições e aprovação.  
176 Salientou que eventuais contribuições poderiam ser remetidas àqueles e-mails  
177 informados no convite e reiterou o envio de ofício para que os membros  
178 atualizassem os dados de seus representantes. Passando-se aos assuntos  
179 gerais (**item 7**), falou-se brevemente sobre a estruturação da Secretaria de  
180 Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, do iminente Instituto  
181 Água e Terra e, por fim, deu-se um panorama do andamento dos outros  
182 comitês de bacias paranaenses. O Sr. LUCIANO PENIDO, da SANEPAR,  
183 questionou como ficariam o plano de efetivação e a questão orçamentária que  
184 não constava nos produtos, mas sendo necessária para análise. A Sr<sup>a</sup>  
185 ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, disse que iria verificar nos  
186 relatórios enviados. A Sr<sup>a</sup> KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, reiterou o  
187 pedido do colega, dizendo que não encontrara nada a respeito de orçamentos  
188 nos relatórios estudados. O Sr. DEMERVAL A. SILVESTRE, do SINDICATO  
189 RURAL, comentou a respeito de potenciais projetos de irrigação nos  
190 municípios das bacias, citando o case de sucesso do Paranapanema e  
191 sugerindo visitas técnicas àquela região. O Sr. ARNALDO G. RECH, da  
192 SANEPAR, enfatizou a importância da CTPLAN e do Comitê e o Sr. MARCOS  
193 E. MAZIERO, da USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA, aproveitou para  
194 expor necessidade de revisão do regimento interno e apoio do Estado,  
195 sugerindo que fosse instituído um Grupo de Trabalho para isso. O Sr. BRUNO  
196 T. OTSUKA, do AGUASPARANÁ, comentou sobre o Encontro Nacional de  
197 Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB, previsto para ocorrer do dia 21 a  
198 25 de outubro de 2019 e que iria enviar um ofício circular para comunicar a  
199 todos efetivamente. O Sr. ARNALDO G. RECH, da SANEPAR, perguntou pela  
200 data da próxima reunião da CTPLAN. O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do  
201 AGUASPARANÁ, respondeu que a data ficaria condicionada à resposta da  
202 empresa consultora, depois de encaminhadas as demandas consolidadas pós-  
203 CTPLAN e a ata daquela reunião. Às 11h30, em não havendo mais  
204 contribuições, o Sr. JOÃO EGÍDIO DA SILVA, coordenador da CTPLAN do  
205 CBH do BAIXO IVAÍ E DO PARANÁ 1, agradeceu a presença de todos e deu  
206 por encerrada a reunião de que se tratou a presente ata.

207

208

209

210 **João Egídio da Silva**

211 Coordenador da CTPLAN do CBH do Baixo Ivaí e Paraná 1